

Um Novo Mecanismo na Estratégia para Redução do Custo Financeiro das Empresas Brasileiras

Antônio Carlos
Magalhães da Silva

Alfredo Maciel da
Silveira
Universidade Estácio de Sá - UNESA

Paulo Roberto da Costa
Vieira

harvey José Santos
Ribeiro Cosenza

RESUMO

As empresas brasileiras, principalmente as de médio e pequeno porte, trabalham com uma das maiores taxas de juros do mundo. Este fato influencia fortemente o preço das mercadorias brasileiras, haja vista que indiretamente fazem parte do custo final daquele produto. As cooperativas de crédito são instituições financeiras pouco difundidas no mercado brasileiro. Este segmento é uma alternativa para a redução do custo financeiro para estas empresas. O trabalho procura evidenciar a utilização do segmento cooperativista em outros países da América Latina, e, demonstrar como este setor pode alavancar o setor de crédito no mercado das empresas de médio e pequeno porte presentes no Brasil.

Palavra-chave: Cooperativas de Crédito, Pequenas e Médias empresas, Custo Financeiro.

1) As Taxas de Juros do Brasil

A política monetária é parte integrante da política econômica do governo, e possui como objetivo promover o desenvolvimento econômico, a estabilidade dos preços e pleno emprego. Podemos definir, de forma resumida, a política monetária como a política do controle da oferta da moeda e das taxas de juros que garantam a liquidez necessária para a implementação da política econômica.

Em nosso país, o executor desta política é o Banco Central. A partir de 2001, com a implantação do regime de metas de inflação, a autoridade monetária possui como objetivo obter a inflação (*target*) definido pelo Chefe do Poder Executivo. Diversos instrumentos clássicos são utilizados pelo Banco Central; entre eles podemos citar os depósitos compulsórios, operações de redesconto e as operações do mercado aberto (*open-market*).

2) A Regulamentação do Setor Cooperativo no Brasil

As cooperativas de crédito no Brasil são instituições financeiras, sendo suas atividades reguladas pelo Banco Central do Brasil. Elas são instituições sem fins lucrativos, tendo sido constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados.

Podemos definir basicamente as cooperativas de crédito em três diferentes tipos:

- i) As cooperativas singulares - Constituídas com número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas (*excepcionalmente podem ser admitidas também pessoas jurídicas na sua constituição*)
- ii) As Cooperativas centrais ou federações de cooperativas - Constituídas de, no mínimo, 3 (três) cooperativas singulares de crédito;
- iii) As confederações de cooperativas, constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas de crédito ou cooperativas centrais de crédito.

As cooperativas singulares podem se dividir em dois grandes grupos, conforme destacados a seguir:

- i) As cooperativas de crédito rural cujo quadro social é formado por pessoas que desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado;
- ii) As cooperativas de crédito mútuo cujo quadro social é formado por pessoas que exerçam determinada profissão ou atividades, ou estejam vinculadas à determinada entidade.

A Resolução 3.106, de 25 de junho de 2003, do Conselho Monetário Nacional, a qual disciplinou diversos requisitos e procedimentos para a autorização da constituição das cooperativas de crédito, prevê que já possam existir cooperativas abertas.

3) O Setor Cooperativo ao Redor do Mundo

3.1) O Setor Cooperativo Alemão

A Alemanha possui atualmente 6.000 cooperativas, com um total de 16 milhões de cooperados. As cooperativas atuais são empresas econômicas e legalmente independentes, autônomas e não sujeitas à influência governamental.

Elas possuem a característica de estarem abertas a todas as pessoas, sempre que os seus objetivos e atividade o permitam. Na Alemanha, uma em cada cinco pessoas está associada a uma cooperativa. Os sócios são, em geral, agricultores, donos de todo o tipo de empresas, principalmente pequenas e médias empresas e trabalhadores das mais diversas áreas de atuação.

As cooperativas promovem o desenvolvimento dos associados mediante atividades e negócios conjuntos. É este o preceito fundamental claramente definido na Lei de Cooperativas alemã. As cooperativas só poderão cumprir com sucesso as suas obrigações para com os sócios, se forem eficientes e rentáveis. O negócio deve ser absolutamente profissional para o sucesso do empreendimento.

3.2) O Volume de Crédito no Setor Cooperativo na América Latina

No sentido de identificar a composição do volume de crédito das cooperativas na América Latina, descrevemos a posição através de um quadro resumo conforme descrito a seguir:

<i>País</i>	Tipo de Instituição	Ativos <i>(US\$ Milhão)</i>	Part.Mercado	N de Assoc.	N Assoc./PEA (%)
<i>Argentina</i>	Coop. de Crédito	13,4	< 0,1%	4.121.837	-----
	Cajas de Crédito		< 0,04%		
	Bancos Cooperativos		1,78%		
<i>Bolívia</i>	CACs	292	5,80%	380	14,50%
<i>Brasil</i>	Cooperativas de Crédito	2815	1,61%	1.668.000	0,86%
	Cooperativas Centrais				
	Bancos Cooperativos	690			
<i>Chile</i>	CACs	335	0,30%	470.000	6,00%
<i>Colombia</i>	CACs	627	1,34%	500.000	3,00%
	Coop. Financeiras	48	0,30%		
	Organismo de Grado Superior	24	0,05%		
<i>Costa Rica</i>	CACs	264	2,90%	350.000	19,00%
<i>Equador</i>	CACs	184,4	4,60%	2.250.000	12,00%
<i>El Salvador</i>	Fedecredito	78	0,80%	375.000	11,50%
	Cajas y bancos Trabajadores	190,9	2,00%		
	Associanoes Cooperativas	200,9	2,10%		
<i>Guatemala</i>	CACs	200	2,80%	406.000	11,00%
<i>Honduras</i>	CACs	272	2,50%	498.910	13,60%
<i>México</i>	SAPs	743	0,28%	675.000	1,20%
	Uniones de Credito	1124,4	0,06%	19.000	
	Coop de Ahorro y Préstamo	704	0,22%	1.081.000	
	Cajas Solidarias	45	0,01%	190.000	
<i>Nicaragua</i>	CACs	12,3	n.d	20.894	0,40%
<i>Panamá</i>	CACs	474	3,00%	127.000	14,00%
<i>Paraguai</i>	CACs	306,4	11,00%	268.000	21,10%
<i>Peru</i>	CACs	312,8	1,62%	340.000	1,30%
<i>Rep. Dominicana</i>	CACs	145,6	0,80%	102.000	2,20%
<i>Uruguai</i>	CACs	-----	2,80%	416.000	17,00%
	Coop. De intermediación	477			
<i>Venezuela</i>	CACs	15	<0,01%	152.000	1,50%

Tabela 01 - Obs: Participação no Mercado – Em função do Volume de crédito no Sistema Financeiro local
Fonte: Confederación Alemana de cooperativas - www.dvrg.com

É fácil visualizar que o maior percentual da utilização das cooperativas da América Latina se encontra nos países mais pobres, principalmente devido à atuação junto à área de

pequenos agricultores e trabalhadores. É importante citar que nesses países o sistema financeiro não é tão desenvolvido como o atual presente no Brasil.

4) O Spread Bancário no Brasil

Podemos definir o spread bancário, de uma forma resumida, como a diferença entre a taxa final repassada ao usuário que toma dinheiro numa instituição financeira contra o custo de captação desta instituição. O mercado financeiro adota como custo de captação a Taxa SELIC presente na rentabilidade dos títulos do tesouro nacional .

Se a taxa cobrada pelos bancos e financeiras em empréstimos a pessoas físicas e jurídicas foi em média 52,1% e 16,9% foi a correção aplicada sobre a remuneração dos títulos públicos (SELIC), então o spread bancário desta operação foi de 35,2%.

O sistema financeiro brasileiro a cada ano se apresenta mais concentrado e enxuto em número de instituições bancárias. Quando o real foi lançado, em 1994, havia cerca de 240 bancos. Hoje, são aproximadamente 180 e este número pode cair.

O total de crédito privado no Brasil é de apenas 23% do PIB (produto interno bruto), enquanto no Chile é de 70%. Isto demonstra mais uma vez o forte potencial de crescimento que possuímos neste item. Em média, do volume total do spread bancário, 30% vão para a chamada cunha fiscal (impostos e empréstimo compulsório), 15% são consumidos na inadimplência e 38% compõem o lucro das instituições financeiras. Os restantes 17% cobrem os custos operacionais e outras despesas.

O Brasil possui uma das mais altas de juros reais do mundo (já excluída a inflação), e, além disso, possui um dos maiores spreads bancários cobrados pelas instituições financeiras brasileiras. No intuito de identificar as taxas de juros reais no mundo, descrevemos através de uma planilha e um gráfico a comparação do Brasil com países que possuem as mais altas taxas de juros.

Período	Brasil	Turquia	Polônia	Rússia	Indonésia	Hong Kong
Abr/03	3,9%	10,7%	9,5%	8,2%	6,5%	4,2%
Mai/03	4,2%	8,7%	9,0%	8,6%	6,3%	4,0%
Jun/03	4,4%	6,8%	8,2%	7,8%	5,7%	4,0%
Jul/03	4,8%	6,7%	7,4%	7,2%	5,6%	4,1%
Ago/03	5,2%	5,2%	6,7%	5,8%	5,0%	3,9%
Set/03	6,0%	6,1%	6,2%	4,9%	4,7%	3,7%
Out/03	7,3%	7,0%	6,0%	4,7%	4,4%	3,8%
Nov/03	10,2%	7,5%	5,7%	5,0%	5,5%	3,9%
Dez/03	12,2%	6,8%	5,8%	5,2%	6,1%	3,7%

Tabela 02 – Taxas de Juros em diversos países
Fonte: Global Invest Consulting

Além disso, no sentido de efetuarmos uma comparação com os demais países, realizamos um mapa que compara com a média dos países emergentes e dos países desenvolvidos em termos de taxas reais:

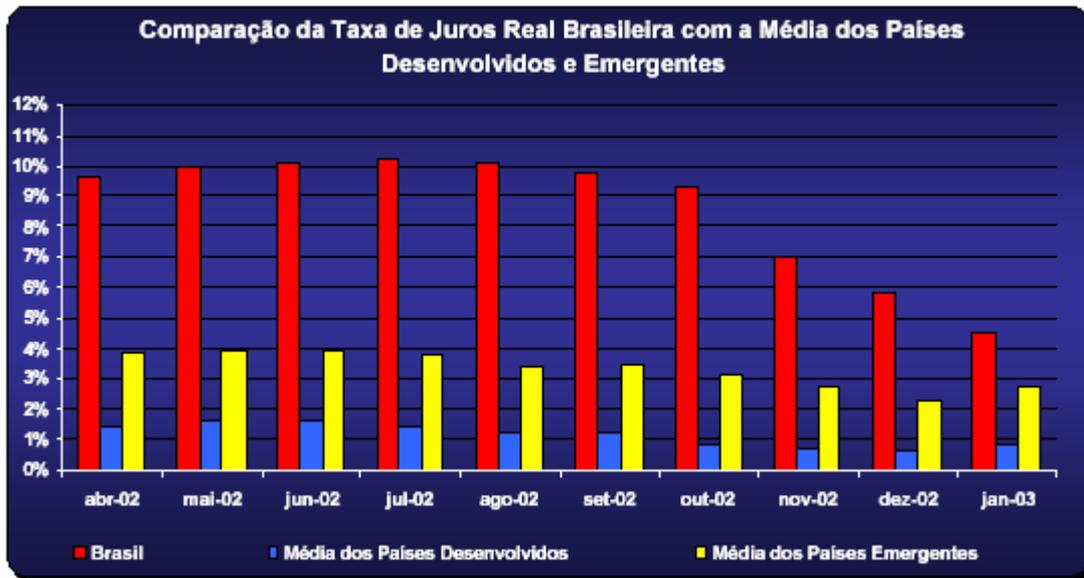


Tabela 03 – Comparação das taxas de Juros entre países Emergentes e Desenvolvidos
Fonte: Global Investing Consulting

Os fatos acima demonstram o nível de taxas de juros reais presentes na nossa economia. Para agravar esta situa o, os *spreads* bancários são elevadíssimos no Brasil, conforme já demonstrado pelo trabalho de Enrico R. Gonzales P rras, o qual descrevemos o mapa de *spreads* relativo presente em alguns países da América durante o ano de 2002:

<i>Países</i>	<i>Taxa Ativa</i>	<i>Taxa passiva</i>	<i>Spread Absoluto</i>
Brasil	69,50%	24,51%	44,99%
Venezuela	37,18%	26,29%	10,89%
Argentina	27,49%	17,03%	10,46%
Perú	14,90%	4,70%	10,20%
México	10,36%	2,89%	7,47%
Colombia	14,65%	7,68%	6,97%
Chile	5,91%	2,67%	3,24%
USA	4,24%	1,29%	2,95%

Tabela 04 - Spread Absoluto - A diferença entre a Taxa Ativa e a Taxa passiva

Dessa forma, fica evidenciado que as empresas brasileiras estão diante de uma das maiores taxas de juros do mundo, tanto do ponto de vista da taxa básica da economia (juros real) como do spread bancário cobrado das institui es financeiras. Esse raciocínio   vigente ao longo do período de 2000 a 2007.

  importante citar que não estamos levando o efeito da infla o (já retirado nos cálculos dos juros reais). Todavia, o processo inflacionário   outro fato que prejudica em demasia as empresa do setor produtivo, principalmente aqueles que não conseguem repassar

seus preços (geralmente as pequenas e médias empresas) em mercados de concorrência mais acirrada.

5) O Mercado Cooperativista: Perspectivas e Problemas

Conforme indicado anteriormente, o mercado de crédito oriundo das cooperativas no Brasil alcança apenas o montante de 1,6 % de todo o volume das operações de crédito presentes no Brasil.

É importante citar que as pequenas empresas são responsáveis por 30% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro e 60% dos empregos do país, todavia recebem, apenas, 10% do crédito concedido pelos bancos oficiais e privados. Isto demonstra mais uma vez a concentração de crédito nas grandes empresas.

Alguns autores já consideram que a elevada concentração de renda está ligada intimamente à forte concentração de crédito no país, ou seja, se conseguirmos pulverizar as operações de crédito, a renda será mais bem distribuída em nosso país, e, conseqüentemente melhoraremos um dos piores itens presentes na economia brasileira.

O sistema financeiro nacional apesar da privatização dos bancos públicos ainda está totalmente concentrado nas mãos de poucos. As 10 maiores instituições controlam um total de 85% dos depósitos do mercado, ou seja, o mercado está nas mãos de poucas instituições e possui fortes características de um setor oligopolizado, sendo que a concorrência externa não foi capaz de reduzir o spread para os clientes finais.

As cooperativas de crédito, tanto as singulares como as de crédito mútuo não tem como competir em escala com os grandes bancos. Todavia, é possível através de uma estrutura enxuta e com uma administração profissional competir com as instituições na sua localidade, principalmente em virtude dos seguintes fatores:

- O alto nível de *spread* permite a entrada neste mercado com a apuração de lucro em suas atividades;
- O retorno obtido com as cooperativas será retornado ao cooperativado na forma de sobra, eliminando a figura do banqueiro (em parte ou na totalidade) de suas atividades;

Convém ressaltar que a Cooperativa Não visa o lucro, ou seja, no caso da existência de sobras ao final do período elas deverão ser rateadas entre os cotistas. Vale citar que o estatuto irá dispor sobre esse tema.

Desta forma, como inexistente o objetivo de apurar lucro ao final do período, tal fato poderá contribuir fortemente para reduzir o spread das operações bancárias, haja vista que o lucro das instituições financeiras é um dos principais pontos que compõe o elevado spread no Brasil.

As cooperativas de crédito podem apresentar uma taxa de empréstimo menor, haja vista a reduzida estrutura administrativa e uma atuação mais simplificada de seus serviços (podemos exemplificar este caso através da compensação dos cheques que já *não é* realizada por uma parte das cooperativas com o objetivo de reduzir parte de seus custos).

Conhecer melhor seus devedores e reduzir a inadimplência é uma das chaves do sucesso para o cooperativismo de crédito. A grande virtude é você conhecer o cliente melhor que seus concorrentes, e assim reduzir o nível de inadimplência de sua carteira. Este fato deverá colaborar fortemente para a redução do spread bancário.

A atuação, a nível local e regional, sempre focado no negócio em que os cooperativados estão inseridos, e a atuação em regiões em que bancos não operam por não existir escala, são outros fatores diferenciais para o sucesso das cooperativas. Desta forma, estamos diante de uma forte vantagem competitiva frente aos demais concorrentes no mercado de crédito.

Em termos tributários, as cooperativas de crédito estão isentas do pagamento do imposto de renda. Vale ressaltar, que sobre os depósitos a vista e a prazo não incidem o compulsório, fato este que facilita o aumento do volume de crédito que pode ser repassado.

No entanto, se todos os fatos acima pudessem ser implementados, na prática não existiria a figura do banqueiro nas intermediações financeiras. Sendo assim, tentaremos descrever os principais entraves e erros que ocorreram e estão presentes no sistema cooperativo, contribuindo para o seu pouco sucesso até a presente data.

i) A Falta de Administração Profissional – Na maioria dos casos de fracasso o administrador da cooperativa é um cooperativado, ou seja, ele é amigo de várias pessoas que estão solicitando crédito e não toma a decisão da concessão do crédito sob critérios técnicos, mas sim de caráter extremamente pessoal. Este fato faz com que o índice de inadimplência seja extremamente elevado, e, por conseguinte seja necessário aporte de capital por parte dos acionistas para cobrir a perda patrimonial oriunda das operações que não foram pagas;

ii) Inexistência de Metas – A cooperativa como uma instituição financeira deve ter metas. O capital, que pertence a todos os sócios, deve possuir uma rentabilidade mínima como qualquer alternativa de investimento. Deste modo os administradores devem ser cobrados e acompanhados de perto pelo conselho de administração e pela assembléia em seus atos.

iii) Responsabilidade dos Administradores – Já foi visto em vários casos a utilização das cooperativas como instituições para atuarem em atividades ilícitas do ponto de vista financeiro. É de suma importância que os cooperativados tenham conhecimento que é uma entidade financeira, e sendo assim deve ter pleno conhecimento das normas desta área.

iv) O Custo Operacional da Cooperativa – A Cooperativa necessita prestar todas as informações pertinentes a uma instituição financeira. Os custos vão desde gastos com auditor até mesmo a transmissão de dados contábeis para as entidades fiscalizadoras.

v) Inexistência de capital – Determinadas categorias não possuem capital inicial para a montagem e o início das atividades financeiras de uma cooperativa. Este é um forte obstáculo para o implemento inicial da cooperativa de crédito nos segmentos das pequenas empresas.

vi) A Legislação Atual da Execução das Garantias – No Brasil para a execução de garantias existe um rito muito lento, fato este que encarece o crédito para os tomadores, inclusive no setor cooperativo. O Poder judiciário é o órgão competente para essas atividades.

vii) Demora dos processos Judiciais – A legislação de concordata e das falências é extremamente vagarosa, inclusive para os pequenos valores envolvidos no setor cooperativo.

viii) Inexistência de seguro contra os depósitos realizados nas cooperativas. Este fato já é garantido até R\$ 20 mil nas instituições financeiras na modalidade de depósito a vista e poupança. Vale citar que é cobrado um prêmio de seguro por estas atividades nas instituições financeiras. É importante citar que para alguns casos esse fundo já existe estabelecido e administrado por algumas centrais de cooperativas.

ix) Falta de acompanhamento e fiscalização por parte dos associados das medidas tomadas pelos dirigentes da cooperativa, particularmente no que tange à participação nas assembléias bem como na atuação do conselho fiscal em suas funções;

x) Falta de confiança por parte do público em geral nas instituições de menor porte. Atualmente grande parte da população em geral só confia em instituições públicas ou grande conglomerados privados. Este fato dificulta o aumento do volume de captações nas cooperativas de crédito.

Sob a nossa análise, a cooperativa como instituição financeira deve atuar fortemente no seu segmento (foi criada para isso), mas não pode esquecer que tem que obter as metas traçadas por seus administradores (ser rentável).

O Brasil está se caracterizando como um país forte na área da agricultura e o setor cooperativo está intimamente ligado a esta área, especialmente no segmento de cooperativas de crédito. O número de pessoas alcançadas no Brasil pode parecer modesto frente aos 800 milhões envolvidos com algum tipo de economia solidária em todo o mundo.

Em países como a Índia encontra-se um total 174 milhões de associados a cooperativas de todo tipo, principalmente nas atividades das pequenas empresas, ou até mesmo nas atividades individuais. O sistema cooperativo pode não ser a solução exata, contudo pode melhorar fortemente a qualidade das pessoas.

Dessa forma, existe elevado potencial de crescimento para este segmento no Brasil, sendo que a redução de custos com as taxas de juros praticadas será de extrema valia para qualquer empresa que possui a necessidade de captar recursos de terceiros para o financiamento de suas atividades.

6) Uma Abordagem Quantitativa do Efeito na redução nas Taxas de Juros através das Cooperativas

O volume de crédito no Brasil no mês de maio de 2003 foi de aproximadamente R\$ 215 bilhões (obtido o valor junto ao relatório de operações de crédito do banco Central do Brasil). O percentual relativo ao segmento de cooperativo de crédito alcançou o montante de R\$ 3,4 bilhões de reais.

Se fosse possível incrementar o volume do segmento cooperativo de crédito em 1% do volume total (R\$ 2,15 Bilhões), com uma redução de apenas 20% do spread atual dos juros bancários presentes na economia (em torno de 44%a.a.), a redução com juros seria da seguinte ordem para as empresas brasileiras:

Redução	8,80%
Volume (R\$ Bilhões)	5,55
Efeito (R\$ Milhões)	488

Tabela 05 – Efeito do Aumento do Volume do Crédito Cooperativista

Este fato traria uma economia às empresas cooperativadas da ordem de **R\$ 500 milhões**, o que seria extremamente valioso para o mercado brasileiro, haja vista que os grupos mais favorecidos seriam as pequenas e médias empresas.

7) Conclusão

O setor de cooperativas de crédito é uma das alternativas para reduzir o custo financeiro das empresas brasileiras, principalmente no tocante às de pequeno e médio portes, servindo como forma para obter capital de giro e financiamento para as suas atividades a um custo mais barato.

O Brasil é um dos países do mundo que apresentam as mais altas taxas de juros e de spread bancário nas operações de crédito. Desta forma, somente através de uma concorrência é que conseguiremos reduzir o spread existente nas operações de crédito. As cooperativas de crédito são uma alternativa para a redução deste custo para as empresas, que influencia diretamente o resultado das organizações.

Entre os principais entraves presentes no setor cooperativo de crédito, podemos destacar o baixo volume deste setor no montante total das operações de crédito no Brasil (1,5% do crédito total presente no país), os diversos problemas de fraudes e gestão presentes em diversas cooperativas no passado, os elevados custos para manter uma cooperativa aberta (principalmente relacionado ao controle das operações) e a utilização do caixa da cooperativa de forma não profissional na concessão de empréstimos.

A falta de conhecimento técnico das operações bancárias por parte dos administradores também é um forte entrave para o desenvolvimento do setor. A participação dos associados nas assembleias é reduzida, fazendo com que a decisão dos rumos da cooperativa fique centralizada em poucas pessoas.

Todavia é possível fortalecermos o setor das cooperativas de crédito, sendo que entre as principais necessidades para este segmento destacamos:

- i) Fortalecimento do capital institucional das Cooperativas;
- ii) Criação de um Seguro depósito para valores pequenos (até R\$ 5 mil), sendo que deveria ser pago um prêmio pelas cooperativas para possuírem esta característica (é importante citar que

tal fato já existe em relação ‘as cooperativas centrais, todavia tal prática não é realizada de forma institucional pelo mercado)

iii) Mudança na lei de execução de garantias para as instituições financeiras, inclusive com mudança na Lei de falência e concordatas. Isto reduziria o risco de crédito dos empréstimos e o tomador final veria reduzir o spread das taxas (os bons pagadores acabam pagando pelos que não pagam)

iv) A Livre associação de cooperativados pode ser uma saída, contudo é importante que a gerência da cooperativa seja seletiva no crédito, já que a partir deste instante estará em contato com pessoas de diversas categorias e origens totalmente diferentes (A resolução 3.106, de 25 de junho de 2003, já traz esta possibilidade de adoção pelo público *desta modalidade*).

A redução dos spreads influenciaria fortemente, de forma positiva, o segmento das pequenas e médias empresas brasileiras. Atualmente estes grupos são responsáveis por 30% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro e 60% dos empregos do país, todavia recebem, apenas, 10% do crédito concedido pelos bancos oficiais e privados.

Uma redução em 20 % do nível do spread atual das taxas de juros com um aumento de 1% do volume de crédito total junto ao setor cooperativista de crédito, acarretaria uma redução de R\$ 500 milhões/ano para as empresas.

8) Críticas e Sugestões

O presente trabalho possui uma análise de abordagem qualitativa e pouca quantitativa no aumento do volume de crédito proveniente das cooperativas de crédito na economia brasileira. O objetivo foi ressaltar que esta estratégia pode reduzir fortemente o gasto das despesas financeiras de várias empresas.

Convém lembrar, por fim, que seria de extrema valia um estudo quantitativo sobre o impacto do aumento do volume de crédito cooperativo sob a renda, bem como em tentar medir como este fator iria ampliar o nível da atividade econômica brasileira.

Bibliografia

ARREAZA, A , FERNANDEZ, M.A , MINABAL, M. J. Determinantes Del Spread bancário em Venezuela, 2001.

BROCK, P. L., ROJAS SUAREZ, L. Uderstanding the Behavior of bank Spreads in Latin America, Journal of Development Economics, 63, 113-134.

CONTADOR. C.R..Projetos Sociais – Avaliação e Prática. Ri de Janeiro. Editora Atlas, 2000.

DURAN, Alvaro. Documento de trabajo de la Red LatinoAmera de Auditores de Cooperativas, 2002 .

GITMAN, Lawrence J.. *Princípios de Administração Financeira – Essencial*. Porto Alegre: Bookman, 2^a ed., 2001.

MAYER, Thomas, DUESENBERRY, James S. ,ALIBER, Robert.. Moedas bancos e a Economia, Editora Campus, 1990.

PORRAS. Enrique R. Gonzáles. Sobre EL Spread Bancario y el nivel de Taxas de las interés., 2002